



Estado do Pará  
Tribunal de Contas dos Municípios

Fl. 49  
C

RESOLUÇÃO Nº 8952/2008/TCM/PA

**EMENTA:** Câmara Municipal. Verbas indenizatórias (verba de gabinete, verba de pronto atendimento, verba de desempenho parlamentar, verba indenizatória do exercício parlamentar etc.). Necessidade de caracterização do interesse público na realização da despesa para justificar o ressarcimento. Impossibilidade de entrega dos valores direto ao vereador. Gastos de natureza corrente devem constar do planejamento orçamentário único. Parcela indenizatória tem natureza eventual. Parcela remuneratória tem natureza habitual. Impossibilidade de transformação de gabinetes de vereadores em unidades orçamentárias autônomas. Impossibilidade de transformação de vereadores em agentes ordenadores de despesas. Gestão orçamentária, contábil e financeira é de competência privativa da Presidência da Casa. Existência de instrumentos legais próprios para a realização de despesas extraordinárias. Desvirtuamento na aplicação do regime de adiantamento. Impossibilidade de criação de qualquer verba de natureza similar que afronte o regime de unidade de caixa e os princípios constitucionais da administração pública.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição, no âmbito de sua competência e jurisdição, por intermédio da expedição de atos e instruções normativas, na forma do artigo 27 da Lei Complementar nº 25, de 9 de agosto de 1994, e atendendo recomendação oriunda da reunião administrativa realizada em 27.02.2008, resolve atribuir à matéria objeto desta resolução a seguinte interpretação:

1. Cabe à Câmara Municipal fornecer as condições necessárias ao edil para a realização de suas funções constitucionalmente previstas, devendo para tanto, proceder um planejamento orçamentário adequado a suprir tais necessidades de forma a evitar a realização de gastos pelas vias excepcionais da contratação direta (sem o necessário procedimento licitatório) ou através do regime de adiantamento (suprimento de fundos);
2. É incabível a transformação do gabinete em unidade orçamentária autônoma, bem como, conferir ao vereador a competência própria de agente



Fls. 50  
C

**Estado do Pará**  
**Tribunal de Contas dos Municípios**

ordenador, os recursos devem ser geridos pela tesouraria da Câmara, vedada a sua entrega diretamente ao edil.

3. Isto posto, consagrando o regime de unidade de caixa, a legislação infra-constitucional pertinente e os princípios constitucionais da administração pública, fica vedada a criação de qualquer verba de natureza indenizatória com o intuito de dotar os parlamentares municipais de autonomia em seus gabinetes para a realização de despesas.

Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 04 de março de 2008.

  
CONSELHEIRO **RONALDO PASSARINHO**  
PRESIDENTE

  
CONSELHEIRA **ROSA HAGE**  
VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIRO **ALOÍSIO CHAVES**  
CORREGEDOR

CONSELHEIRO **ALCIDES ALCÂNTARA**

CONSELHEIRO **JOSÉ CARLOS**

  
CONSELHEIRO **DANIEL LAVAREDA**